



# Anais da Assembleia

N.º 124

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE OUTUBRO DE 1976.

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 186.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 1976. (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Lúcio Machado, secretariada pelos Srs. Deputados Dácio Leonel e Luiz Carlos Zuk.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Lúcio Machado) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Lúcio Machado) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 183/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 299/76, Mensagem 73/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARAÍSO DO NORTE, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 183/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARAÍSO DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 299/76

A presente Proposição 299/76, oriunda da Mensagem Governamental 73/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARAÍSO DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

Nda mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 06, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 183/76.

Levanta-se a Sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 187ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão

anterior, que é aprovada sem observações.  
O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

**REQUERIMENTOS:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, se registre em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor e congratulações a U.E.P.G., pela efetivação do 4.º FENATA.

Festival esse que muito contribui para a cultura nacional e incentiva aos Srs. Universitários a aprimorar seus conhecimentos com o Teatro Amador Brasileiro.

Requerem, outrossim, que deste se dê conhecimento à Retórica da U.E.P.G.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK, DAVID FEDERMANN

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

— Na forma regimental, requero após aprovação do Plenário, a transcrição na Ata do artigo “Quem Responde pelo Turismo em Guaíra”, publicado no “Jornal dos Municípios”, e o envio de expediente à PARANATUR, pleiteando providências para incrementação do turismo nas Sete Quedas de Guaíra.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

**JUSTIFICATIVA:**

Urge sensibilizar a entidade responsável pela incrementação do turismo paranaense, no tocante ao fluxo de visitantes brasileiros e estrangeiros, que procuram conhecer os Saltos de Guaíra, antes que os mesmos sejam cobertos pelas águas represadas da Hidrelétrica de Itaipu.

É inadmissível a continuidade da irresponsabilidade caracterizada pelo nefasto “jogo de empurra”, protagonizado pelos órgãos IDBF e PARANATUR, o primeiro nominado gerente da conservação do Parque Nacional das Sete Quedas e o segundo que detém as obrigações de promover condições de conforto e segurança para o turista desejoso de conhecer as atrações que a Natureza ali plantou tão pródigas.

De cunho sério e profundo, é o artigo estampado no “Jornal dos Municípios”, onde o editor denuncia o descontentamento do próprio Prefeito de Guaíra, Sr. Kurt Hasper, ante a desatenção da PARANATUR, que, em meio a diversas afirmações, sentenciou: “oitenta por cento da população brasileira não conhece as Sete Quedas, confundindo-as com as “Cataratas do Iguaçu”.

No décimo parágrafo do artigo, se lê: “Na verdade está existindo um acentuado desleixo por parte do IDBF e da PARANATUR, colocando Sete Quedas no ostracismo, promovendo outros centros em seu detrimento. Já foram solicitadas por diversas vezes as providências consideradas de alto valor social e econômico, para se evitar maiores conseqüências, sem que, no entanto, nenhuma medida concreta possa ser observada”. onde se deduz que o editor refere-se, em parte, ao estado das pontes pênseis, em estado de periculosidade a quem delas se vale.

Adiante, de firma incisiva, o “Jornal dos Municípios” “lamenta” que as reivindicações apresentadas pela municipalidade de Guaíra, em almoço realizado naquela cidade, em homenagem à autoridades da PARANATUR, já pertençam aos famosos arquivos mortos. “Muitas promessas feitas em momentos de satisfação e nada agora cumprido, vem caracterizar aquele órgão como incompetente e ineficaz, comprometendo a sua própria existência”.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS.

Proclamamos altamente necessário, que a PARANATUR

inteire-se da situação de Guaíra, empenhe-se com seriedade e afinco, que procure canalizar os recursos necessários para a salvaguarda dos interesses turísticos que cercam as SETE QUE DAs. É incompreensível o alheamento dessa entidade para com os fatos neste documento relatados. Guaíra sedia, um valoroso quartel responsável pela segurança naquela fronteira. É sede da 5.ª Companhia de Fronteira. É um município de alta produtividade agrícola. Merece todo o respeito dos órgãos governamentais.

**PROJETO DE LEI:**

PROJETO DE LEI N.º 114/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados, no município de Altônia, os Distritos Administrativos de São Jorge, São João e Jardim Paredão, com sedes nas localidades dos mesmos nomes e divisas seguintes:

**DISTRITO DE SÃO JORGE:** Começa no Rio Paraná, na barra do Ribeirão São João, sobe por este até sua nascente, de onde alcança a estrada denominada Mestre, seguindo pela referida estrada em sentido Nordeste, até alcançar a nascente do Ribeirão Jequitibá, pelo qual desce até sua foz, no Rio Paracai, e por este abaixo até sua barra, no Rio Paraná, pelo qual desce até a barra do Ribeirão São João, ponto de partida;

**DISTRITO DE SÃO JOÃO:** Começa no Ribeirão São João, na foz do Córrego Nossa Senhora do Carmo, sobe por este, até sua nascente, de onde alcança a nascente do Córrego Fortuna, por este abaixo até sua foz, no Rio Iporã, pelo qual desce até alcançar a foz do Córrego Noel, e por este acima até sua nascente, de onde por uma linha seca a nascente do Córrego do Gavião, descendo por este até alcançar a estrada denominada Estrada da Divisa, seguindo daí rumo Leste até atingir o Ribeirão dos Porongos, pelo qual sobe até sua nascente, daí alcança a nascente do Ribeirão São João, e por este abaixo até a foz do Córrego Nossa Senhora do Carmo, ponto de partida;

**DISTRITO DE JARDIM PAREDÃO:** Começa no Rio Paraná, na barra do Rio Piquiri, sobe por este até alcançar a foz do Ribeirão Iporã, pelo qual sobe até alcançar a foz do Córrego Mimosa, e por este acima até sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego da Vaca, e por este abaixo até sua foz, no Córrego do Prado, pelo qual desce até sua foz, no Rio Paraná, por este abaixo até alcançar a barra do Rio Piquiri, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1976.

(a) PAULO CAMARGO

**JUSTIFICATIVA:**

As localidades de São Jorge, São João e Jardim Paredão, no município de Altônia, estão a merecer sua elevação a Distrito Administrativo, por preencherem todos os requisitos necessários para tanto.

Cada uma possui mais de duzentas casas, todas têm vida própria e expressivo número de habitantes, além do que estão a considerável distância da sede do município.

Se as localidades de São Jorge, São João e Jardim Paredão pelas razões expostas, estão em condições de serem levadas a Distritos Administrativos, também o fato se justifica pela moderna tendência político-administrativa e importante meta na filosofia de nosso governo — a descentralização administrativa, tanto quanto possível como é o caso presente.

Assim, espera o subscritor merecer a indispensável acolhida ao presente plano de lei, por parte de seus nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Simplemente para registrar a satisfação deste Deputado e para tanto requeremos que se consigne na Ata dos nossos trabalhos, um voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", por haver publicado na íntegra a matéria tão discutida e aguardada com tanta ansiedade, nesta Casa que é o Estatuto do Magistério.

Tratando-se de matéria de alta relevância, aquele jornal soube, na edição de hoje, dizer da importância que dava a este assunto, trazendo, numa clareza invulgar, todos os lances e episódios que se sucederam para que a Mensagem chegasse a esta Casa, como de fato chegou, e já em fase de ser votada. O trabalho exaustivo daquele órgão de imprensa, realmente merece por parte deste Deputado, que representa o Movimento Democrático Brasileiro, o voto de congratulações proposto no presente momento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ponta Grossa mais uma vez sobressai, não somente no cenário paranaense, mas também nacional.

No dia de ontem, mais uma vez, a nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa deu a nós, homens públicos e ao Brasil, uma mostra de que realmente a capital cívica deste Estado se preocupa com a cultura de nossa gente.

Foi instalado naquela instituição maior de ensino deste Estado, o quarto Festival Nacional do Teatro Amador, festival esteve que congrega, na sua efetivação, todos ou quase todos os Estados brasileiros representados ali, naquele conclave.

Teve o auspício do Ministério de Educação, do Governo do Estado, mas realmente quem dá a somatória geral e faz com que seja desenvolvida aquela arte do teatro nacional brasileiro amador, é o corpo discente e docente da nossa Universidade.

E não poderíamos, de maneira alguma, quando neste território ninguém mais liga à cultura amadora, ninguém mais dá incentivo ao teatro, caso específico nesta capital do Estado onde estamos representando este Paraná, que deveria ser desta cidade, da capital deste Estado é que deveria nascer movimentos e principalmente encontros como aquele lá que está sendo desenvolvido na minha cidade, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a data vênica do Plenário, juntamente com o ilustre Deputado David Federmann, deixar de inserir na Ata dos trabalhos de hoje e, se estamos usando da palavra é porque eu e o Deputado mandamos confeccionar, fazer com que fosse transcrito, através de um voto de louvor e de congratulações à nossa Universidade — fazendo constar dos Anais desta Casa, de que os dois representantes daquela cidade de Ponta Grossa, representantes daquela Universidade, têm o respeito para com o Governo do Estado e com os movimentos que o Governo faz para que, a cultura seja desenvolvida; mas também ficasse registrado que é uma fundação, uma Universidade Estadual que engatinha ainda para aprimorar cada vez mais, a cultura de nossa gente.

Mas que trata também de uma cultura nacional, como é o teatro brasileiro.

E não poderíamos de forma, nenhuma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar ficasse despercebido que é a nossa instituição, a única neste território, a única universidade, que promove encontros desta natureza e que desenvolve para a cultura brasileira, este trabalho em termos de teatro amador.

E não estamos fazendo mais nada do que, reconhecer

no esforço do corpo docente do centro de nossa instituição, a efetivação deste quarto festival, o primeiro até o dia de hoje, e inúmeros frutos foram colhidos para todo o teatro brasileiro.

E lá em Ponta Grossa, já estamos iniciando, e no próximo ano teremos a efetivação concreta, com a criação, com a obra do Teatro Municipal de Ponta Grossa.

Então, é nesses termos, Sr. Presidente, Srs. Deputados que pedimos, que seja aprovado um voto de congratulações nosso, e do Deputado David Federmann à Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela efetivação do Quarto Festival, Nacional de Teatro Amador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de largo e exaustivo período de trabalho, a Comissão Especial, do Estatuto do Magistério concluiu o seu trabalho.

E venho a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e para que as posições não fiquem retidas entre as quatro paredes de uma sala de comissões, trazer desta tribuna, o descontentamento que nos invade, ante a conclusão final a que chegou esta Comissão.

Preliminarmente, cabe dizer, que a matéria é de alta e profunda relevância; compromisso dos mais sérios e dos mais sagrados foi assumido pelos parlamentares que têm assento nesta Casa, e exatamente nesta época, quando as presenças são requisitadas por todos os rincões deste Estado, é que exatamente agora, vem aqui tramitar, e vem para deliberação final, o projeto de lei do Estatuto do Magistério.

Retira-se assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da Assembléia Legislativa ou pelo menos de grande parte dos seus integrantes, a oportunidade de melhor estudar em matéria; de melhor se posicionarem diante do assunto, de melhor e mais definitivamente encontrarem as soluções que o Magistério e o Ensino do Paraná estão aguardando e acalentando há tanto tempo.

Mas venho mesmo assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desencantado adiantando a solução a que chegou a Comissão, por maioria de votos.

Fomos na derradeira e última reunião, os integrantes do MDB que dela participaram, vencidos pelo poder da quantidade, derrotados na votação que ali se procedeu.

E contra isso não me insurjo, Srs. Deputados, porque é da regra democrática, nem sempre ou quase nunca, caberá à Minoria, impor, pela votação, as suas idéias.

Quase nunca caberá à Minoria, muitas vezes, e tantas vezes, baseada na razão, conquistar a aprovação daquilo que pretende.

Quase nunca caberá, à Minoria, conquistar opiniões e votos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o desapontamento, a indignação até, nos assoma diante do que concluímos.

Já não era mais simples tão só a questão da contagem de votos.

Já não era mais um cotejo de Deputados.

Já não era mais uma disputa entre partidos.

Era, acima de tudo, o interesse do professorado; o interesse do Magistério; o interesse da Educação; e, em última análise, o interesse da Justiça; o interesse do Direito, que acabaram sendo burlados; que acabaram sendo frustrados; acabaram sendo corroídos por uma decisão imposta pela Maioria, na Comissão Especial.

Pretendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por ter apostado voto em separado, e voto vencido, pretendo trazer à tribuna, este voto:

(Lê): "A Comissão Especial do Estatuto do Magistério, até pouco antes de suas derradeiras reuniões, marcou seu tra-

balho por uma séria e profunda análise da matéria, com um criterioso estudo da questão, quando buscou-se - alterando-se às barreiras partidárias - enfocar-se a missão de que estava investida sob uma linha de atuação que conjugando esforços, viesse a conquistar a elaboração de uma lei que abarcasse a Justiça, a praticidade, a exequibilidade, compatibilizando-a com os anseios do professorado paranaense, que se reconhece e se proclama, objetivam, antes de tudo, a elevação do nível de ensino e o aperfeiçoamento da educação.

A dignificação do professor, o espírito da Lei Federal número 5692, de 11/8/71, a busca de todo um instrumental capaz de equacionar as graves questões pendentes, foram preocupações permanentes a orientar a nossa posição.

No curso dos trabalhos, altamente produtivos no sentido, inclusive de conscientização do importante momento que a Comissão vivia, não nos faltou serenidade e conciliação para acatar alguns dispositivos proclamados inarredáveis pela Situação, assim como eliminar outros, creditando-se confiança em que, em tempo hábil, o Poder Executivo os encamparia sob forma de regulamentos.

O trabalho geral, enfim, o propusemos em termos altos e dignos, e não nos arredamos, em qualquer momento, desse patamar.

Mais importante que posicionamento pessoais, partidários, e até mesmo de interesses eventualmente conflitantes entre os Poderes Legislativo o Executivo, elevadamente mais importante era e é a expectativa desse formidável contingente de homens e mulheres que emprestam e têm emprestado, ao longo de tanto tempo, o melhor de seus talentos, de suas vocações, de suas próprias vidas, à Educação no Paraná.

Todavia, após laborar todo o tempo assim, nas derradeiras reuniões, exatamente quando se colheriam as deliberações finais e definitivas, verificamos, por parte da Maioria, uma mudança de comportamento, para, então, fazer valer o poder da quantidade, revendo até o que anteriormente já fora unanimemente acordado.

Não mais nos restavam condições, no desfecho, de provocar uma revisão geral da matéria.

Não mais no âmbito desta Comissão, se nos permitia reavivar os pontos contemporizados.

Relega-se, assim, um entendimento de alto nível, todo um exaustivo trabalho, para, em nome das afirmadas "razões de Estado", se impor, em detrimento de uma obra melhor e mais perfeita, o interesse particularizado do Executivo.

É verdade que alguns poucos aspectos foram assimilados, mas também o é, a realidade de que muitos e mais importantes foram relegados, suprimidos, desconhecidos.

O regime de trabalho, com um elenco opcional de carga horária, não mereceu acatamento, enquanto não bem se explicitou o tempo de permanência e substituições eventuais.

A adoção do regime CLT mereceu um tratamento superficial em contraposição a propostas mais seguras e definições mais claras, fato que não preocuparia à luz de lei maior, se não fosse o próprio Estado e nessa mesma área quem apresentasse precedentes do seu descumprimento.

A tabela de vencimentos não integrou a Mensagem, permanecendo incógnita a remuneração.

E tanto mais. Até se culminar pelo problema maior, porque expresso.

A Maioria consagrou a violência. Impôs, no texto, aprovando, por ela, a chamada remoção "ex-officio".

A fórmula, filigraneira e eufemista que encontrou, não nos iludiu e não iludirá a outros.

E até os mais crédulos haverão de se deparar com uma triste e angustiosa realidade, quando, em pouco assistirem e sofrerem a violação de seus direitos.

Trazer ao texto da lei um instrumento que consagra e possibilita, pela legalização, o uso do arbítrio, é um escárnio

ao professorado e aos que se vinculam ao ensino, e, é também uma afronta à consciência democrática desta Casa.

Manter a remoção "ex-officio", sob qualquer rótulo, será conspurcar a dignidade do Professor, será instaurar a intranquilidade, será solapar a paz, violando os mais caros e acalentados sentimentos de humanidade.

Será um retrocesso na evolução de nossas leis. Será um atentado às garantias.

Diante de tudo, por respeito ao trabalho realizado, por respeito à instituição parlamentar, por respeito ao nosso mandato e à nossa representação, por respeito a nós mesmos, não vinga condições para acompanharmos o relator e a Maioria.

Aqui ficamos vencidos. Abrir-se-á nova etapa de trabalho. Não haverá de faltar energia e coragem para continuar a luta.

É o voto.

Vencido e em separado."

Resta aqui uma conclamação aos que aqui se encontram e aos que aqui não estando devem ter a preocupação voltada para esta Casa, resta uma conclamação aos Deputados integrantes de minha bancada, aos Deputados do MDB, e particularmente à consciência desperta e livre dos Deputados que integram a bancada da ARENA, para que repensem, para que estudem, para que se reposicionem, despertos e livres, para que possamos - ainda é tempo e ainda é oportunidade - para que possamos, na próxima etapa que se abrirá nos próximos dias neste Plenário, para que possamos eliminar desse texto, para que possamos escoreçar desse texto a injustiça que se pratica, para que possamos dignificar o magistério e o professor paranaense.

Era só. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - A Mesa consulta o Deputado Enéas Faria, se usará o tempo reservado à bancada do MDB.

O SR. ENÉAS FARIA - Declino.

O SR. PRESIDENTE - (Paulo Camargo) - Consulto o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, vice-Líder da ARENA, se usará a hora reservada à liderança.

O Sr. Gilberto Carvalho - declino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente.

Necessita de apoio. - **Apoiado.**

Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 173/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 259/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de ASSAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DA SEÇÃO DE PALMITAL, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 174/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 266/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de GENERAL CARNEIRO, objetivando execução de reparos no prédio

onde funciona a DELEGACIA DE POLÍCIA, do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 175/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 268/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de GUARACI, objetivando execução de reparos em próprio Estadual, naquela comuna.— Parecer favorável da CCJ., por unanimidade **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 176/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 269/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de IBAITI objetivando reparos nos prédios onde funcionam a décima INSPETORIA REGIONAL DE ENSINO e o GINÁRIO ESTADUAL ANTÔNIO MARTINS DE MELLO, da sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 177/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 273/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de JOAQUIM TÁVORA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam POSTO DE SAÚDE e DELEGACIA DE POLÍCIA, da sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 178/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 279/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de MOREIRA SALLES, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna.— Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 162/75, de autoria da Deputado Fidelcino Tolentino, que integra no Plano Estadual, em caráter prioritário, retificação e pavimentação da estrada CÉU AZUL, VERA CRUZ, DIAMANTE D'OESTE e SANTA HELENA. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J., favorável da CF. e CONTRÁRIO pelo arquivamento da COPTC., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Rejeitado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 150/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 302/76, Mensagem 76/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 151/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 306/76, Mensagem 80/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 152/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 310/76, Mensagem 84/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando execução de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 179/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 286/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de PONTA GROSSA, objetivando execução de reparos no prédio do CENTRO DE ARTES INDUSTRIAIS e do GRUPO ESCOLAR PROFESSOR COLARES.— Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 180/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 289/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de QUATIGUÁ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino e DELEGACIA DE POLÍCIA, do referido município.— Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 182/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 282/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de SANTO INÁCIO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DR. MANOEL FIRMINO DE ALMEIDA do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 65/76, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que concede pensão mensal na importância de um (01) salário mínimo, à senhora Tereza Soares. Pareceres favorável à transformação em requerimento de sugestão da CCJ., e favorável ao Projeto, da CF., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 90/76, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que dispõe sobre as promoções por merecimento na carreira da Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e CRH., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 184/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 301/76, Mensagem número 75/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de ALTO PARANÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 184/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 30/06/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o municí-

pio de ALTO PARANÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 301/76

A presente Proposição número 301/76, oriunda da Mensagem Governamental número 75/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de ALTO PARANÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 185/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 305/76, Mensagem número 79/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de UNIFLOR, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 185/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 30/06/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de UNIFLOR, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 305/76

A presente Proposição número 305/76, oriunda da Mensagem Governamental número 79/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de UNIFLOR, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opi-

nando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 186/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 311/76, Mensagem número 85/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de COLORADO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 186/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 29/06/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de COLORADO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 311/76

A presente Proposição número 311/76, oriunda da Mensagem Governamental número 85/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de COLORADO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 188/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 317/76, Mensagem número 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de APUCARANA, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ALBERTO SANTOS DUMONT, do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 188/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de maio de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná,



através da Secretaria da Administração, com o município de APUCARANA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Alberto Santos Dumont, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 317/76

A presente Proposição número 317/76, oriunda da Mensagem Governamental número 90/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de APUCARANA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 189/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 318/76, Mensagem número 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de ASTORGA, objetivando reparos em próprios estaduais daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 189/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado através da Secretaria de Administração, com o município de Astorga, objetivando execução de reparos em próprios Estaduais naquela comuna.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 318/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 90/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, com o município de Astorga, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquela comuna.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da

matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 190/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 319/76, Mensagem número 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Balsa Nova, objetivando reparos nos prédios que especifica, localizados naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 190/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de abril de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração, com o município de Balsa Nova, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Joaquim Ribas de Andrade, o Grupo Escolar Dr. Mário Faraco e o Posto de Saúde, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 319/76

A presente proposição número 319/76, oriunda da Mensagem Governamental número 90/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Balsa Nova, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e David Federmann, constante do expediente, solicitando votos de louvor e congratulações à Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela efetivação do 4º Festival Nacional do Teatro Amador. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Quem responde pelo Turismo em Guaíra", publicado no "Jornal dos Municípios" bem como, o envio de expediente à PARANATUR, encarecendo providências para incrementação do turismo nas Sete Quedas de Guaíra. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 06, quarta-feira, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 150, 151, 152, 179, 180, 182/76 e de Lei número 65 e 90/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução número 184, 185, 186, 188, 189 e 190/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 192, 194 e 195/76.

Levanta-se a sessão.

#### DECRETOS LEGISLATIVOS:

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 611/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8332, de 23 de setembro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar os funcionários FARID LUIZ GUÉRIOS, matrícula número 480, ocupante do cargo de nível PL "23", SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCIO, matrícula número 433, ocupante do cargo de nível PL "21", ambos da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, e ELEOVAN CEZAR RIBEIRO, matrícula número 373, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Economista do Grupo Ocupacional de Economia, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para participarem do nono (9º) CONGRESSO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, a realizar-se de 18 a 22 de outubro de 1976, na cidade do Rio de Janeiro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/10/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 612/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7128, de 12 de agosto de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ELDO GEVESIER, matrícula número 056, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) meses e quatorze (14) dias, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974 e de vinte e dois (22) dias de 1975, que deixou de gozar;  
II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 27 de outubro de 1967 e igual data de 1972; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei número 6174, a partir de 17 de agosto de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/10/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 613/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8088, de 16 de setembro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, a JORGE ASSAD MANSUR, matrícula número 278, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 23 de maio de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170 da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 05/10/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 614/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7771, de 01 de setembro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, com fundamento no Art. 171, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, matrícula número 239, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 21 de agosto de 1976, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/10/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### PORTARIA:

##### PORTARIA Nº 543/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8591, de 01 de outubro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a NEUSA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 082, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 04 de outubro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral